PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 14 de junho de 2018

Às 9h38, do dia 14 de junho de 2018, no Auditório Capiba - Edifício Sede da Prefeitura do Recife – 15º andar (Av. Cais do Apolo, 925, Bairro do Recife, Recife/PE), reuniu-se o Conselho da Cidade do Recife para a 11ª Reunião Extraordinária, objetivando tratar da seguinte pauta: Aprovação da ata da reunião anterior, Aprovação da pauta para reunião, Discussão e validação da Estrutura Preliminar de Construção Coletiva do POT e Informes Gerais. Após verificar o quórum com a presença de 41 conselheiros entre titulares e suplentes, Antônio Alexandre (Poder Público) declarou aberta a plenária do Conselho. Informou a pauta já divulgada anteriormente e conduziu a aprovação da ata da reunião anterior. Ressaltou que esta Reunião Extraordinária decorreu do pedido de vista solicitado na reunião anterior. Perguntou se os conselheiros tem algumas alterações feitas a ata da reunião anterior. Ronaldo Coelho (HABITAT) apresentou várias considerações a ata da reunião anterior e perguntou se faria a leitura para ser validada e inclusa como errata. Antônio Alexandre (Poder Público) solicitou que as sugestões da conselheira Socorro Leite (HABITAT) sejam apresentadas ao final da reunião para a consideração do plenário. Informou o segundo ponto da reunião apresentada acima, perguntando se há discordância, sendo aprovada por todos posteriormente. Deu prosseguimento à reunião, perguntando se o pedido de vista solicitado tem parecer elaborado pelas entidades que solicitaram (CENDHEC, AMECICLO e SINTRACI). Alexandre Pachêco (CENDHEC) realizou a leitura do parecer. Registrou que o documento foi elaborado conjuntamente, incluindo conselheiros e conselheiras e outras organizações do movimento popular. Informou que o parecer é extenso, contendo 17 páginas e achou melhor apresentar a estrutura do parecer, que está organizado em módulos. Um de formação, cogestão, estrutura e cronograma. Explicou que o parecer se fundamenta em leis federais e resoluções do Conselho Nacional das Cidades. Sobre o módulo que se refere à formação e processo participativo, observou que no cronograma participativo, não estão inclusas as Audiências Públicas no cronograma, condição que aparece como exigência no Estatuto da Cidade e em resoluções do CONCIDADE. Considerou prejudicial a divisão territorial apresentada na proposta da Prefeitura da Cidade do Recife, a qual não considera as grandes diferenças territoriais existentes em algumas RPAs. Observou que existe na proposta da Prefeitura da Cidade do Recife, uma aposta na participação virtual, mas que esta não deve ser em detrimento dos processos participativos presenciais. Questionou sobre a dimensão de investigação no momento do diagnóstico, como também apresentação de um diagnóstico técnico. Ressaltou que o horário diurno das Oficinas Temáticas pode prejudicar a participação de trabalhadores. Avaliou que um diálogo sobre essas questões podem atender aos itens levantados. Considerou que a Conferência do Plano Diretor deve ter representação maior que a própria composição do Conselho. E com relação ao cronograma, avalia que a proposta possui apenas 3 meses e 17 dias para cumprir todo o processo. Ressaltou que o IBDU levantou que o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, municípios menores que Recife, levaram 13 meses para realizar o processo de revisão do Plano Diretor, considerando que a mesma empresa que está cuidando do processo em Recife, foi a responsável pela elaboração desses Planos nas outras cidades. Quanto ao argumento apresentado pelo poder executivo, de haver um prazo

para conclusão, observou que em outros municípios, o fator de maior impedimento é a violação da garantia da participação popular. Finalizou, informando que o documento apresentado pelas entidades faz uma proposta de cronograma diferente da apresentada pela Prefeitura da Cidade do Recife. Solicitou que as entidades presentes concordassem com o parecer e se posicionem favoravelmente a ele. Antônio Alexandre (Poder Público) deu continuidade à reunião, fazendo referência ao parecer apresentado, explicando ainda, que o conjunto de trabalho apresentado pela Prefeitura da Cidade do Recife, tem um tempo de execução para até agosto do ano de 2019. Considerou que a proposta da Prefeitura da Cidade do Recife já foi apresentada e que no momento, tem uma proposta de um conjunto das entidades. Abriu as inscrições para as defesas das propostas. Alexandre Pachêco (CENDHEC) se inscreveu para defender a proposta, perguntando se há possibilidade de alinhar as propostas apresentadas. Reforçou que o tempo de proposta para elaboração de revisão do Plano Diretor exige um tempo muito maior. Leonardo Cisneiros (DU) colocou que desde de 2016 os conselheiros têm demonstrado interesse em discutir a proposta do Plano Diretor. Registrou que o diálogo não foi estabelecido e que na reunião do Grupo de Trabalho do POT, a proposta já chegou pronta para validação dos conselheiros. Explanou que as entidades vêm construindo uma alternativa junto com o Ministério Público para anular a exigência do prazo e a Prefeitura da Cidade do Recife vem se furtando a negociar. Ressaltou que o parecer apresentado tem fundamentação técnica e jurídica, mas não percebe flexibilidade do poder público. Ressaltou que nenhuma cidade do Brasil realizou uma revisão no prazo apresentado pela Prefeitura da Cidade do Recife. Antônio Alexandre (Poder Público) argumentou que o que está em discussão é um Plano de Trabalho e como todo Plano, pode sofrer ajustes em seu processo de discussão. Em relação ao produto, analisou que deve-se considerar que o principal objeto de discussão decorrente do Plano Diretor é a regulamentação dos instrumentos urbanísticos. Acredita que dentro dessa estratégia a revisão do Plano Diretor, segue uma estratégia que se conclui com a revisão dos instrumentos a serem revistos. Reforçou que o cronograma que compreende todo o escopo de revisão das leis que compõe o POT é até agosto do próximo ano. Explanou que o cronograma prevê rodadas por todas as RPAs, devendo no momento de sua realização, garantir a participação das pessoas com logística adequadas, sendo disponibilizado via Internet todo o material elaborado, inclusive com uma linguagem mais simples, e caso seja necessário, o cronograma poderá ser ajustado adiante. Informou que todo o processo participativo previsto foi construído no ambiente do CONCIDADE. Ressaltou que a composição do conselho tem em sua maioria, a participação de representações da sociedade civil. Defendeu que, observados todos os princípios legais, tem-se um Plano de Trabalho, que precisa ser apresentado a sociedade. Sobre a proposta de Audiência Pública, concorda que ela deva acontecer para aprovar a minuta do projeto de lei antes de enviá-la a Câmara Municipal do Recife. João Domingos (Poder Público) defendeu o Plano de Trabalho apresentado pela Prefeitura da Cidade do Recife e ressaltou que desde dezembro, a discussão vem sendo realizada com o CONCIDADE e a Câmara Técnica, o que resultou na formação do Grupo de Trabalho do POT. Destacou que o GT POT acompanhará não somente a revisão do Plano Diretor, mas a revisão das leis com

compõe o POT. Avaliou que o cronograma deverá ser ajustado nas discussões do Grupo de Trabalho do POT na medida em que as demandas surjam. Ressaltou que o Plano Diretor dará as diretrizes gerais, mas que concretizará a proposta com os instrumentos a serem regulamentados, pois isso ainda não ocorreu na com a aprovação do Plano Diretor anterior. Ronaldo Coelho (HABITAT) solicitou esclarecimento sobre o espaço de discussão, pois a articulação colocou no Grupo de Trabalho do POT uma alternativa de discussão junto ao Ministério Público para buscar uma alternativa legal para acobertar a Prefeitura da Cidade do Recife com relação ao POT. Antônio Alexandre (Poder Público) considerou que as propostas foram defendidas, podendo conduzir o regime de votação. As propostas ficaram da seguinte forma: Proposta de número 1 - Proposta apresentada pela Prefeitura da Cidade do Recife, baseada nas demandas do Grupo de Trabalho do POT e a proposta de número 2 - Proposta apresentada por algumas entidades sociais. Proposta de número 1 foi escolhida por 22 conselheiros e a proposta de número dois foi escolhida por 14. Contando ainda com 09 ausências. Antônio Alexandre (Poder Público) apresentou as sugestões de reformulação da ata da 10ª Reunião Extraordinária, feita por Socorro Leite (HABITAT). Inamara Melo (Poder Público) solicitou uma questão de ordem quanto a revisão de alguns itens na ata. Defendeu que essa questão seja feita junto com a secretaria do CONCIDADE, sendo aprovada posteriormente pelos presentes. Sendo assim, a ata foi aprovada, devendo produzir uma errata sobre os registros apresentados pela conselheira Socorro Leite (HABITAT). Antônio Alexandre (Poder Público) perguntou se os conselheiros têm algum informe. Giancarlo Costa (MLRT) informou que lamenta a condução da discussão e que o grupo de articulação deverá judicializar o processo. Danielle Rocha (UFPE) informou que amanhã, dia 15 de junho, às 14 horas, haverá na Câmara Municipal do Recife, uma homenagem conduzida pelo vereador Ivan Moraes, para o professor Luis de La Mora (UFPE), onde ele receberá o título de cidadão recifense. A reunião foi encerrada às 10h45. Sem mais nada a acrescentar, eu, Maria do Socorro Cavalcanti, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 14 de junho de 2018.

Alexandre Pachêco (CENDHEC - Titular)	
Ana Cláudia Mota (Poder Público - Suplente)	
Ana Paula Silva (MSI - Titular)	
André Callou (ADEMI/PE - Titular)	
Andréa Galiza (Poder Público - Suplente)	
Antônio Alexandre (Poder Público - Titular)	
Augusto Semente (MDMEU - Suplente)	

PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 14 de junho de 2018

Auxiliadora Pires (Poder Público - Titular)	
Cristiana Araújo (CAU/PE - Suplente)	
Cristiano Patrício (SINTRACI - Titular)	
Danielle Rocha (UFPE - Suplente)	
Degenildo Trajano (PREZEIS - Titular)	
Elísio Correia (SECOVI/PE - Titular)	
Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE - Titular)	
Emília Avelino (Poder Público - Titular)	
Eugênia Simões (Poder Público - Titular)	
Fernanda de Holanda (RAPS - Titular)	
Fernando de Alcântara (Poder Público - Titular)	
Flávio Campos (Poder Público - Suplente)	
Giancarlo Costa (MLRT - Titular)	
Glória Brandão (Poder Público - Suplente)	
Inamara Melo (Poder Público - Suplente)	
Joana Ferreira (CRP/PE - Titular)	
João Domingos Azevedo (Poder Público - Titular)	
João José da Silva (MLPC/PE - Titular)	
Leonardo Cisneiros (DU - Titular)	
Lígia Pereira (AMECICLO - Titular)	
Lorena Veloso (Poder Público - Titular)	
Luciana Félix (Poder Público - Suplente)	
Luciano Ferraz (Poder Público - Suplente)	

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 14 de junho de 2018

Marcela Paiva (Poder Público - Titular)	
Maria Lúcia (MNLM - Titular)	
Maurício Pina (Poder Público - Titular)	
Noé Sérgio (IAB/PE - Titular)	
Norah Neves (Poder Público - Titular)	
Paula Bittencourt (Poder Público - Suplente)	
Rafael de Biase (OAB/PE - Suplente)	
Reneudo Guedes (Centro Cultural Alcance do Coque - Suplente - Suplente)	
Rodrigo Barbosa (Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque - Suplente)	
Ronaldo Coelho (HABITAT - Titular)	
Sandro Guedes (ADEMI/PE - Suplente)	